

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.212 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2000

## Plenário aprova política nacional de sangue

PÁGINA 3

# Relator descobre R\$ 10 milhões de diferença nas contas de Luxemburgo

No período de 1995 a 1999, as contas bancárias de Wanderley Luxemburgo receberam um total de créditos de R\$ 18,8 milhões, mas o ex-técnico da Seleção só declarou à Receita Federal rendimentos de R\$ 8,5 milhões, de acordo com o relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff. Luxemburgo depôs ontem na CPI por mais de cinco horas

PÁGINAS 4 E 5

### EMENDAS PARLAMENTARES ESTÃO GARANTIDAS, AFIRMA AMIR LANDO

PÁGINA 9

## Homenagem marca o centenário de Milton Campos

O Plenário do Senado homenageou, ontem, o político mineiro Milton Campos, ex-senador e fundador da União Democrática Nacional (UDN), pelo centenário do seu nascimento. Participaram da sessão parentes, velhos companheiros e admiradores da trajetória política de Milton Campos, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Humberto Souto e o ex-ministro e senador Jarbas Passarinho. A homenagem foi proposta por 15 senadores, entre eles os mineiros Francelino Pereira, Arlindo Porto e José Alencar.



Centenário de Milton Campos

PÁGINAS 6 E 7



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o depoimento de Luxemburgo na CPI do Futebol do Senado

## Senado já apreciou mais de 450 matérias este ano

PÁGINA 8

### Ministro pede ao Congresso ajuda para controlar a Abin

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, pediu ajuda ontem aos parlamentares que integram o Órgão de Controle da Política de Inteligência para evitar que servidores da Abin extra-ponham suas funções.

PÁGINA 8



### Consolidação da cidadania é tema de suplemento

A Constituição de 1988 passou a ser chamada de "Constituição Cidadã" porque destacou os direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos, dispendo-os de forma privilegiada e elevando-os à condição de cláusula pétrea. O assunto é analisado no suplemento *Histórias do Brasil*, que aborda também o esforço do Parlamento para modernizar-se e, assim, melhor representar o cidadão brasileiro no novo século.



Cerca de 130 mil cruzes foram espalhadas pela Esplanada dos Ministérios simbolizando as vítimas de traumas

## Cerimônia religiosa no Congresso lembra vítimas de traumas

O ato foi realizado em homenagem às 130 mil pessoas mortas ano passado em situação violenta

Uma cerimônia religiosa no Salão Negro do Congresso Nacional e uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios marcaram a homenagem às 130 mil pessoas mortas em 1999 no país devido a traumas diversos. Os eventos foram realizados na manhã de ontem com a presença de políticos, convidados e organizadores da homenagem, representados pela Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Traumatizado (SBAIT).

No dia anterior, a entidade, auxiliada por alunos da Universidade de Brasília (UnB) e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, espalhou, nos gramados da Esplanada, cerca de 130 mil cruzes brancas representando as vítimas. A iniciativa pretende chamar a atenção da sociedade para as mortes violentas ocorridas em ambientes urbanos, como os acidentes automo-

bilísticos e domésticos.

As manifestações, que têm a intenção de promover a conscientização para a necessidade de se reduzir o número de traumas no país, serviram também para registrar a realização da Semana do Trauma, promovida pela SBAIT, quando foram realizadas, também em Brasília, simulações de desastres com a participação de estudantes e policiais.

A Semana do Trauma faz parte do Projeto Trauma, programa de educação continuada de âmbito nacional que prevê uma série de atividades ao longo do ano. Além da SBAIT, fazem parte do projeto a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões e os corpos de bombeiros militares de todo o Brasil, além de secretarias de Saúde e dos conselhos regionais de Medicina.



A cerimônia religiosa foi celebrada no Salão Negro do Congresso



SEXTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2000

AGENDA

### PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 283/99, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Ferreira (SP); PDL nº 169/2000, aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana (MA); PDL nº 240/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cataguases (MG); PDL nº 242/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural – FM (Avada FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Araguaia (GO); substitutivo ao PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação nominal do PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a homenagear Gustavo Capanema pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: PDL nº 257/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo de São Paulo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); e PDL nº 174/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dehoniana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaré-Mirim (MA).

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título Global, concluída em 26.6.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, num total de US\$ 1 bilhão, no mercado internacional; Mensagem nº 175/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, de principal, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada à aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício "S" nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 17.8.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de US\$ 5,1 bilhões, no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (GEF) Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque (DES) de quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para

Brasil 500



a criação do Fundo Reestruturação de Meio Ambiente; PLS nº 123/2000, que estabelece restrições à alteração de lei de diretrizes orçamentárias; PLS nº 163/2000, que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju); PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros; PLS nº 454/99, revoga a alínea "d" do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; e PLS nº 175/2000, que dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

Após a Ordem do Dia – Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: apresentação e discussão do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa Índice do Desenvolvimento Humano (IDH-14), com a presença da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e dispositivo da Lei nº 9.294/96; altera a Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 225/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que específica; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PLS nº 101/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

17h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do advogado do Banco do Brasil, lotado na Assessoria Jurídica Regional do estado do Pará, Pedro José Coelho Pinto; e dos ex-advogados da mesma instituição, Lucimalva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, sobre a Denúncia nº 1/2000 (contra o senador Luiz Otávio). *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

Quinta-feira

9h30 – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do diretor-presidente da Traffic, J. Hawila. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

### ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Missa de confraternização de Natal e de encerramento do ano, a ser celebrada por dom José Freire Falcão. *Salão Negro do Congresso Nacional*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Paulo Hartung é o autor do projeto que atualiza a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

## CAE examinará correção da tabela do Imposto de Renda

A próxima semana no Senado será marcada por muita atividade nas comissões. Na terça-feira, a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar, em caráter terminativo, o substitutivo ao projeto de lei, de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que determina a atualização monetária da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A tabela está congelada desde 1995, provocando o que o senador considera "um confisco ao trabalhador".

Outro dos 14 itens constantes da pauta da reunião é o projeto, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que estabelece a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reunirá para deliberar sobre nove matérias, entre elas a que possibilita aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. A reunião será realizada quarta-feira, às 9h.

Continuam nesta semana as investigações da CPI do Futebol, com o depoimento de José Hawilla, diretor-presidente da Traffic, empresa que negociou o contrato da CBF com a Nike. A reunião será na quinta-feira, às 9h30.

Já a Subcomissão do Cinema Brasileiro, instalada em junho do ano passado, discutirá na terça-feira o

seu relatório final, depois de ter realizado oito audiências públicas, com a presença de autoridades e artistas ligados à produção cinematográfica.

No mesmo dia, será promovida audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com a finalidade de debater os critérios para a definição dos municípios contemplados com o programa IDH-14 (Índice do Desenvolvimento Humano). Foram convidados a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e o representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Walter Franco, para falarem sobre o tema.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vai se reunir, a partir das 17h de quarta-feira, para analisar denúncia contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Os senadores ouvirão o depoimento do advogado do Banco do Brasil, lotado na Assessoria Jurídica Regional do estado do Pará, Pedro José Coelho Pinto; e Lucimalva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, ambos ex-advogados da instituição.

Em plenário, os senadores prestarão uma homenagem na quinta-feira, às 10h, ao ex-ministro da Educação Gustavo Capanema pelo centenário do seu nascimento. O requerimento para a sessão especial foi uma iniciativa do senador Francelino Pereira (PFL-MG).

# Aprovado projeto que institui a política nacional de sangue

Texto definido pelos senadores, que voltará à Câmara dos Deputados por ter sofrido alterações, estabelece novas regras para o setor

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que estabelece novas regras para coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. O projeto institui uma política nacional de sangue, garantindo auto-suficiência e harmonização das ações do poder público. Como foram aprovadas duas emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto volta para exame da Câmara dos Deputados, onde já havia sido aprovado.

O projeto regulamenta o artigo 199 da Constituição, ao fixar diretrizes para a atuação, direção, gestão e financiamento da atividade hemoterápica no país. Entre as suas principais determinações, está a proibição da compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização de sangue, componentes e hemoderivados em todo o país. A nova política nacional de sangue tem como meta a universalização do atendimento à população e a proteção da saúde do doador e do receptor.



De acordo com o projeto, o doador será informado sobre procedimentos e cuidados que deverá ter depois da doação e de qualquer eventual anomalia importante identificada, sob garantia de sigilo. O governo deverá fazer campanhas estimulando a doação.

Depois de aprovado o projeto, o Executivo deve encaminhar ao Congresso, em 180 dias, outro projeto de lei disciplinando as sanções cíveis e administrativas decorrentes do descumprimento da lei. O projeto, do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), tramitou na Câmara de maio de 1991 a janeiro de 1999, quando che-

gou ao Senado, onde foi aprovado na CAS.

O Senado decidiu votar em regime de urgência na próxima quarta-feira o projeto de lei, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quarta-feira, que disciplina a fixação das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros pelos estados e o Distrito Federal. O Plenário aprovou ainda, com abstenção dos senadores do Partido dos Trabalhadores, ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar emissora FM em Vitória do Mearim, no Maranhão.

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000

**1** Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1999 (nº 1.064/91, na Casa de origem). Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades e dá outras providências. Pareceres sob nºs: 48/99-CAS, relator: senador José Alves, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta; e 1.075/2000-CAS (em reexame, nos termos do Requerimento nº 139, de 1999), relator: senador Geraldo Althoff, favorável. Aprovados o projeto e as emendas nºs 1 e 2-CAS. À Câmara dos Deputados.

**2** Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2000 (nº 327/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim, estado do Maranhão. Parecer nº 1.143/2000-CE, relator: senador Edison Lobão, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# A VOZ do CIDADÃO

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

**0800 612211**

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

**Participe!**  
Não custa nada para você, vale muito para o país.

Www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

# Senadores questionam as contas de Luxemburgo

Ao depor ontem na CPI do Futebol do Senado, o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo não conseguiu explicar a diferença de mais de R\$ 10 milhões entre seus rendimentos declarados no período 1995-1999 e o total de créditos em suas contas bancárias no mesmo período. Em mais de cinco horas de depoimento, Luxemburgo negou-se a revelar nomes de



empresários que o pressionaram, oferecendo dinheiro, para que convocasse jogadores para a Seleção Brasileira. Garantiu também não ter conta no exterior, nem participação em um bingo do Paraná. Diante da CPI presidida pelo senador Álvaro Dias, o ex-treinador disse que a estudante Renata Carla Moura Alves exigiu dinheiro para não levar adiante denúncias contra ele.

## Renda não declarada passa de R\$ 10 milhões, diz relator

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), revelou que a diferença entre o total de rendimentos declarados por Wanderley Luxemburgo à Receita Federal entre 1995 e 1999 (R\$ 8,5 milhões) e o total de créditos bancários em contas do treinador no Brasil durante o mesmo período (R\$ 18,8 milhões) ultrapassa R\$ 10 milhões. Além do pagamento "por fora" da Parmalat e da Unicolor, o técnico não deu nenhuma outra explicação além do fato de ser "desorganizado".

Na opinião do presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a falta de uma explicação convincente do treinador sobre a fonte desses

recursos constituiu o ponto mais grave da reunião de ontem. "Sabemos que Wanderley é de origem humilde, não recebeu nenhuma fortuna como herança e que seus vencimentos como técnico seriam insuficientes para esta alentada movimentação financeira", afirmou.

Álvaro Dias lembrou que somente os depósitos em dinheiro na conta do ex-técnico da Seleção ultrapassam R\$ 4 milhões. Luxemburgo respondeu que nunca levou vantagem de nenhum empresário de futebol ou que tenha passado por suas contas qualquer tipo de benefício.

### SALÁRIOS

Luxemburgo admitiu ainda que não declarou ao Imposto de Renda a parte de sua remuneração paga pelas empresas Parmalat e Unicolor quando trabalhava no Palmeiras e no Santos. Ele disse que parte de seus salários no Palmeiras e no Santos era paga pelos patrocinadores e outra parte pelos clubes e que, por ser desorganizado e não ter recebido o documento de rendimentos das duas empresas, não os incluiu na declaração ao Imposto de Renda.

O relator Geraldo Althoff descobriu a sonegação ao cruzar as informações bancárias do treinador com suas declarações de renda. Diante do que disse o técnico à CPI, os senadores vão remeter à Secretaria da Receita Federal os dados apurados com a quebra do sigilo bancário de Wanderley Luxemburgo e também os da Parmalat e da Unicolor, que serão quebrados a pedido do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Luxemburgo afirmou que não é dono de empresa situada no exterior, em paraíso fiscal, e que nunca teria feito remessa para o exterior. Todos os seus investimentos, informou, estão no Brasil.

Diversas questões foram levantadas pelo relator acerca de declaração de renda, patrimônio, fontes pagadoras e forma de pagamento, de acordo com informações fiscais e bancárias do período 1995-99. Althoff apontou falhas nas declarações, como o fato de Luxemburgo não ter informado que rece-

beu pagamentos da empresa Unicolor, responsável por parte de seu salário quando treinador do Santos.

O relator pediu que o treinador identificasse uma série de nomes de empresários de jogadores de futebol e empresas que patrocinam ou negociam jogadores e times de futebol, mas o treinador foi impreciso em suas respostas ou disse desconhecer a maioria dos nomes listados pelo relator.

Outro ponto das declarações de Luxemburgo chamou a atenção de Althoff: apesar de ter declarado possuir apenas um conta, no Bradesco, o treinador teria usado, entre 1995 e 1999, 30 outras contas correntes ou de poupança. Luxemburgo disse que costumava abrir contas a pedido de gerentes de bancos, mas que não chegava a movimentá-las.



Luxemburgo admitiu não ter declarado ao IR dinheiro recebido de empresas



As perguntas dos senadores giraram em torno das relações de Luxemburgo com empresas e com venda de jogadores

## Treinador não cita nomes de empresários

O ex-técnico da Seleção Brasileira de futebol Wanderley Luxemburgo negou-se a revelar nomes de empresários que o pressionaram, oferecendo dinheiro, para que convocasse jogadores para a Seleção Brasileira. A questão foi suscitada pelo senador Geraldo Althoff, que solicitou a apresentação, por três vezes, de gravação do programa *Cartão Verde*, da TV Cultura, em que Luxemburgo, questionado pelo jornalista Flávio Prado, afirma que "é normal que exista" empresário disposto a pagar pela convocação de jogadores. "Na Seleção, já levei cantada para convocar um jogador", afirmou o treinador no vídeo apresentado.

— Ficou claro que o senhor sabe nomes, que foi procurado por alguém que ofereceu dinheiro para tomar determinada posição — afirmou Althoff, que insistiu em que o treinador desse o nome de pessoas que o pressionaram.

Diante da recusa de Luxemburgo de revelar os nomes, o presidente da CPI, senador Álvaro Dias, alertou que a omissão da verdade constitui crime e propôs que fosse realizada sessão secreta para que Luxemburgo informasse que empresários oferecem dinheiro pela convocação e escalação de jogadores.

— Diversas pessoas indicam jogadores. Não tenho como provar, por isso não vou revelar nomes.

Hoje, a grande maioria dos jogadores pertence a empresários. Não vou envolver uma pessoa se não posso provar — disse o ex-técnico da Seleção.

Da mesma forma, apesar da declaração dada à TV Cultura, Luxemburgo afirmou não se lembrar do amigo comum que tinha com José Eduardo Sakamoto, representante do Yokohama Flugels, time de futebol japonês, no Brasil. A Althoff, o treinador disse que emprestou R\$ 50 mil para Sakamoto.

Luxemburgo explicou que, como treinador, buscou fazer o máximo de experiências com jogadores para montar a base da Seleção Brasileira para o mundial de 2002. Segundo ele, o planejamento da Seleção era feito em conjunto, com dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a comissão técnica.

### INGERÊNCIA

O relator da CPI apresentou declaração assinada por Luxemburgo em que afirma que "a Nike, em nenhum momento ou em qualquer circunstância, interfere na convocação de jogadores para a

Seleção, nem na definição dos locais dos jogos". O treinador disse que assinou o documento a pedido da CBF.

Althoff pediu para que fosse apresentado outro trecho do programa *Cartão Verde* em que o ex-técnico da Seleção afirma que as decisões não eram tomadas por ele por livre arbítrio, mas em conjunto com a comissão técnica e, "às vezes, com a presença da Nike na mesa de discussão". Para Althoff, a declaração deixa clara a ingerência da Nike no poder de decisão do técnico e na própria CBF, que Luxem-



Althoff confrontou declarações de Luxemburgo com gravações de programa da TV Cultura

burgo insistiu em negar. "Eu recebia sugestões, mas a decisão final era minha", garantiu o técnico.

Apesar de ter afirmado que nunca teve contrato pessoal com a Nike e que jamais recebeu remuneração direta da empresa, Luxemburgo teria recebido mais de R\$ 10 mil da empresa, que constam da declaração de Imposto de Renda (IR) de 1999, conforme revelou o senador Geraldo Althoff. O técnico acredita que a remuneração seja por palestras proferidas a pedido da Nike.



## Técnico nega ter conta no exterior e negócio com bingo

O ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo negou, durante o depoimento na CPI do Futebol, que ele ou sua mulher, Josefa Costa Santos Luxemburgo, tenham contas no exterior. Diante de questionamento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), segundo o qual Josefa teria uma conta em Miami (EUA), Luxemburgo disse não saber do fato. "Que eu saiba, não", afirmou o treinador, apesar de reconhecer que Josefa é "dona de casa" e não tem qualquer fonte de renda própria.

Dutra chegou a advertir Luxemburgo, lembrando que este estava depondo sob juramento e que investigações da CPI indicam a existência da conta no exterior em nome de Josefa. Segundo o senador, espera-se apenas a confirmação de que pessoa titular da conta em Miami não é apenas um homônimo. O treinador disse que pediu a seu advogado para telefonar para Josefa Luxemburgo e perguntar se ela teria alguma conta no exterior sem que ele soubesse. Até o final da reunião da comissão parlamentar de inquérito não foi dada nenhuma resposta sobre o assunto.

Ainda interrogado por Dutra, Luxemburgo reconheceu que teve negócios com Sérgio Malucelli, presidente do clube Irati, da segunda divisão do futebol paranaense. Segundo o ex-treinador da Seleção Brasileira de Futebol, durante três meses eles arrendaram um bar no

Estação Plaza, shopping center de Curitiba, que teria o nome de Wanderley Luxemburgo Futebol Café. De acordo com Luxemburgo, há também outra sociedade entre os dois em um empreendimento envolvendo um isotônico.

### BINGO

Ele negou, porém, que tenha participação no bingo de Malucelli, e não explicou o recebimento de um depósito em sua conta, ao tempo da contratação do jogador Arnelson, do Irati para o Santos, clube do qual era técnico. Luxemburgo negou também a existência de

qualquer negócio em sociedade com o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira.

O treinador reconheceu, em resposta ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), que teve Artur Eugênio Matias como seu advogado no processo movido por uma manicure de Campinas. Artur Eugênio é acusado de envolvimento de tráfico de drogas e roubo de cargas. Luxemburgo afirmou que na ocasião não sabia das acusações que pesam contra o advogado. Ele negou ainda que tivesse facilidade, nos aeroportos, para viajar sem a inspeção da alfândega. Disse que visitou duas ou três vezes o apartamento de Renata Alves, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, mas que não deixava ali nenhum pertence, ao contrário do que afirmou Renata em seu depoimento.

O senador Maguito Vilela (PMDB-

GO) lembrou que, entre quase todos os jogadores, técnicos e dirigentes de futebol, muitas vezes não há o pleno conhecimento dos dados declarados à Receita Federal. Ele perguntou sobre a relação profissional de Luxemburgo e Renata Alves. O treinador voltou a afirmar que a estudante não era sua funcionária, recebendo apenas uma comissão de 10% dos lucros provenientes dos leilões. Luxemburgo se disse lesado por Renata, que teria se apropriado de vários bens comprados nos leilões. Ainda respondendo a Maguito, ele negou que frequentasse "a misteriosa embaixada do futebol", que seria localizada na Barra da Tijuca, no Rio.

Em resposta ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ele admitiu, entretanto, que não entrou com qualquer processo contra Renata, para que fosse ressarcido pelo suposto roubo cometido pela estudante. Negou ainda que assinasse cheques em branco para ela. Antero chamou atenção para a falsa certidão de nascimento de Luxemburgo, que o teria beneficiado ao tempo em que ele jogava na Seleção Brasileira Sub-20, quando teria na realidade 23 anos.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a perguntar pelo empresário que teria oferecido dinheiro para a convocação de um jogador para a Seleção Brasileira, segundo o próprio técnico, em entrevista concedida à TV Cultura. Luxemburgo disse apenas que seria uma pessoa com nome "Vadinho". Não revelou, porém, o nome do suposto jogador. Sebastião Rocha pediu à presidência da CPI que obtenha cópia das duas certidões de nascimento do técnico.

mou conhecimento da outra certidão após a publicação de reportagem da revista *Época*. Depois desse fato, Luxemburgo declarou que devolveu seus documentos à Polícia Federal e solicitou a emissão de novos, com base na certidão de 1952.

Em resposta ao relator da CPI, senador Geraldo Althoff, Luxemburgo informou que se apresentou ao Exército com 18 anos completos, de acordo com a certidão de 1955, ou seja, quando ele teria, de fato, 21 anos. Essa situação, segundo o treinador, se repetiu durante sua vida escolar. Althoff estranhou o fato de ele ter

convivido com crianças três anos mais novas, já que "sua compleição física" devia ser diferenciada em relação aos demais estudantes.

Luxemburgo também afirmou aos senadores da CPI que pretende continuar usando o nome Wanderley e não adotar a grafia Vanderlei, como consta na certidão de 1952. O ex-técnico da Seleção afirmou que o nome Luxemburgo lhe foi dado pela mãe, batizada de Rosa Luxemburgo em homenagem à líder comunista européia. Assim, ele disse que preferiu passar o nome Luxemburgo e não Silva, seu último nome, aos filhos.



Álvaro Dias, que presidiu a reunião da CPI, recebeu documentos de Luxemburgo

## Estudante é acusada de haver exigido dinheiro para calar-se

O ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo acusou a estudante de Direito Renata Carla Moura Alves de chantagem, extorsão, calúnia e difamação. Em seu depoimento à comissão de inquérito que investiga irregularidades no futebol, Luxemburgo relatou o que seria a "cronologia da chantagem". Segundo o técnico, desde 1996, depois de trabalhar para ele como arrematante em leilões, a estudante vem tentando extorquir dinheiro dele, e o ameaça com acusações. "O único objetivo dela é o dinheiro", disse.

Luxemburgo afirmou que, enquanto estava na Austrália, participando das Olimpíadas, teria recebido ameaças de Renata, que o acusaria junto ao Ministério Público até mesmo de tráfico de cocaína em bolas de futebol. E exigia, em troca do silêncio, R\$ 1,5 milhão. Apresentando um fax, com a ameaça, enviado pelo advogado de Renata Alves, o treinador diz ter recusado o acordo.

— Não faço acordo que envolva minha dignidade. Vou até o fim para provar a minha honra como cidadão — disse, entregando diversos documentos ao presidente da CPI, senador Álvaro Dias, e revelando a existência de uma fita em que sofre outra tentativa de chantagem e extorsão.

De acordo com o técnico, Renata não dispõe de prova alguma das acusações que faz e estaria blefando quanto à existência de uma agenda com nomes de empresários e jogadores de futebol de quem Luxemburgo seria sócio. Quase no

final da sessão da CPI, o relator, senador Geraldo Althoff, pediu que o treinador confirmasse se seria sua a letra de um fax manuscrito, endereçado a Renata Alves. Depois de ouvir a confirmação, Althoff considerou verdadeiras as anotações feitas com letra semelhante em agenda entregue pela estudante de Direito.

Na agenda, chamada por Renata de "agenda do casal", constariam nomes de jogadores supostamente negociados por Luxemburgo, com os valores que ele teria recebido na forma de comissão. O relator não atendeu o pedido do treinador de conhecer o teor da agenda. Wanderley negou ainda que Renata tenha sido sua secretária ou que tivesse uma procuração com plenos poderes. Segundo o treinador, a procuração dava à estudante poder apenas para arrematar bens em leilões. Ele negou até mesmo que a tenha convidado para este trabalho.

— Foi ela que me procurou, dizendo que o arremate em leilões era um ótimo negócio — afirmou.

O treinador apresentou também uma análise de dopagem, feita em laboratório da Universidade de São Paulo, para provar que não é usuário de drogas, ao contrário do que afirmara Renata. Ele disse que seu depoimento à CPI é a oportunidade que tem para refutar publicamente as denúncias da estudante. Luxemburgo revelou que está processando Renata Alves, em 15 diferentes ações. Para ele, a moça tem conseguido seu objetivo, que seria obter notoriedade.

## Presidente da CBF deverá depor no dia 13

A CPI do Futebol aprovou na reunião de ontem requerimento que convoca o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, para prestar depoimento. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias, marcou o depoimento para o dia 13 de dezembro, data que foi negociada com a CBF. Na próxima quinta-feira, a comissão parlamentar de inquérito ouve o empresário José Hawilla, dono da empresa Traffic, que intermediou o contrato de patrocínio da Nike com a CBF.



Centenário de Milton Campos

O Senado homenageou, ontem, o político mineiro Milton Campos, ex-senador e fundador da União Democrática Nacional (UDN), pelo centenário do seu nascimento. A homenagem foi proposta por 15 senadores, entre eles os mineiros Francelino Pereira, Arlindo Porto e José Alencar.

Participaram da sessão parentes, velhos companheiros e admiradores da trajetória política de Milton Campos, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, o ministro do Tribunal de Contas

## ACM destaca uma das mais eminentes figuras da República

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou, em homenagem ao ex-senador Milton Campos, que o político mineiro foi uma das mais eminentes figuras da República e um grande defensor da democracia. A homenagem feita por Antonio Carlos foi transmitida pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), que leu em Plenário o discurso do presidente do Senado na sessão de ontem, cuja Hora do Expediente foi destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.



Antonio Carlos: orgulho de ter convivido com Campos

Devido a compromissos no Rio de Janeiro, Antonio Carlos não pôde estar presente à sessão. No discurso lido por Paulo Souto, o presidente do Senado disse que Milton Campos foi um dos maiores homens do Brasil, e que se orgulha de ter convivido com o ex-senador.

Antonio Carlos recordou que o início da trajetória pública de Mil-

ton Campos foi estimulado pela vitória da Revolução de 1930 e que o político mineiro sempre foi hostil às práticas autoritárias, além de eterno defensor da democracia liberal. O primeiro cargo público de Campos foi de advogado-geral de Minas Gerais. Antigetulista, foi um dos organizadores da UDN, partido do qual foi presidente de 1955 a 1957, relatou o senador.

Milton Campos foi também governador de Minas Gerais, onde modernizou a burocracia estadual. "Homem de visão, implementou como governador um dos grandes impulsos a Minas: a regulamentação da formação de sociedades de economia mista, possibilitando a construção e exploração de centrais e usinas hidrelétricas, que transformaram o estado", disse.

Antonio Carlos acrescentou que Milton Campos foi o primeiro ministro da Justiça no período revolucionário, dando ordenamento jurídico ao novo regime, e deixou o ministério em outubro de 1965. A época vivida por Campos, observou, foi marcada por um celeiro de homens de grande mérito, entre eles Gustavo Capanema, Bilac Pinto, José Maria Alkmin e Octávio Mangabeira.

## Quintanilha vê ideário a ser seguido pelo Brasil

Ao discursar na homenagem a Milton Campos, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que considera este como o melhor momento para que as autoridades e a população brasileira sigam o ideário político do homenageado. Para ele, Milton Campos pode não ter sido a mais importante, em sua opinião, a figura política brasileira mais interessante do século 20.

— Numa hora em que o Brasil cla-

ma por justiça social, em que o descontentamento popular cresce celeremente, em que as diferenças sociais se agravam, em que os movimentos de base se multiplicam, sentimos falta da sabedoria de Milton Campos, que era capaz de agir com isenção na procura de caminhos que atendessem às aspirações de um povo — avaliou o senador.

Quintanilha enumerou as diversas qualidades pessoais e políticas de Milton Campos, destacando a percepção e a coragem que teve o homenageado ao pedir exoneração do cargo de ministro da Justiça, no governo Castello Branco, livrando-se de assinar o Ato Institucional nº 2, que, conforme acentuou o senador, contrariava a formação democrática do político mineiro.



Leomar Quintanilha lembrou a coragem de Milton Campos

## Jefferson supera "fosso ideológico" e expressa admiração por Milton Campos

O "abissal fosso ideológico" que separou o ex-senador Milton Campos, "o liberal convicto, defensor do estado de direito", do senador Jefferson Péres (PDT-AM), "militante de esquerda, que sonhava com a revolução transformadora", não impediu que o atual senador, ex-membro do antigo PTB, homenageasse a memória do político mineiro, nascido há cem anos. "Conto nos dedos os políticos pelos quais sinto admiração, principalmente pelo rigor que imprimo à conduta ética. Milton Campos é um dos poucos a passar por esse crivo", disse Jefferson Péres.

Embora não tenha conseguido ofuscar seus correligionários quanto aos atributos intelectuais, Jefferson Péres credita ao homenageado o mérito de se ter distinguido pelo raro conjunto de virtudes de caráter.

## Para Simon, homenagem é importante neste momento

Por ser exemplo de um político por vocação, cuja grandeza e integridade foram reconhecidas por seus contemporâneos, incluídos os adversários, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que é particularmente importante homenagear a memória de Milton Campos hoje, em um momento "em que a vida pública vive uma etapa ruim, com eclosão freqüente de denúncias, de escândalos, todos envolvendo a coisa pública".

Entre os integrantes da geração de Milton Campos que o reconheciam como o maior de todos, Simon citou Pedro Aleixo, Afonso Arinos, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Mello Franco, Edgar Matta Machado e Cyro dos Anjos.

Na biografia que fez do homenageado, o senador gaúcho lembrou a formação jurídica, a densidade como articulista, o administrador competente à frente do governo de Minas Gerais e o político íntegro que, após ter sido deputado estadual e federal, veio



Jefferson vê em Milton Campos um "raro conjunto de virtudes de caráter"

"Era um homem culto, íntegro, tolerante, modesto e, sobretudo, elegante na maneira de ser e agir. Uma figura paradigmática", sintetizou, elogiando a humildade de Milton Campos em praticar tais virtudes sem alardeá-las.

Outra "manifestação de escrúpulo" do político mineiro destacada por Jefferson foi a disposição de recusar, por três vezes, indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de o STF representar seu grande sonho político, a recusa de Milton Campos aos convites, de acordo com o senador amazonense, sempre foi motivada por compromissos partidários ou temor de sua aceitação ser vista como troca de favores. É por condutas como essa que Jefferson Péres atribui ao mineiro o feito de ter sido um dos homens públicos mais respeitáveis da histórica política nacional.



Pedro Simon apontou Milton Campos como político por vocação

a morrer no exercício do mandato de senador, em 1972.

Em 1964, continuou o senador, Milton Campos assumiu o Ministério da Justiça do governo Castello Branco, durante a vigência do Ato Institucional nº 1. Em 1º de outubro de 1965, às vésperas das eleições para os governos estaduais, considerou sua missão encerrada e exonerou-se do ministério, sem participar da elaboração do AI-2.

Um exemplo da estatura moral de Milton Campos, na opinião de Simon, foi sua recusa em aceitar, por duas vezes, os convites de

Castello Branco para que ocupasse uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Quando ministro da Justiça, o número de integrantes do STF foi aumentado, decisão de que ele discordou. Convidado pelo presidente, recusou: "Poderia parecer que ele se beneficiava de uma decisão do governo que havia integrado, e isso seria algo insuportável para um homem de sua estatura moral", explicou o senador. O segundo convite foi recusado sob a alegação de que estava com muita idade e pretendia aposentar-se, acrescentou Simon.

da União (TCU) Humberto Souto e o ex-ministro e senador Jarbas Passarinho. Na ocasião, a TV Senado transmitiu um vídeo com depoimentos de intelectuais e políticos sobre o caráter e a influência dessa figura marcante em importantes passagens da recente história política nacional, como a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Nas palavras de um de seus conterrâneos, o poeta Carlos Drummond de Andrade, “Milton Campos foi o homem que cada um de nós gostaria de ter sido”.



Além de senadores, homenagem reuniu parentes, velhos companheiros e admiradores de Milton Campos

## Arruda aponta exemplo para as novas gerações

O exemplo para as novas gerações de políticos é, na opinião do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a maior contribuição do ex-senador Milton Campos à vida pública brasileira. Para Arruda, a figura de Milton Campos permite “a essa geração de políticos que vai inaugurar o novo milênio” olhar para sua história com mais auto-estima, estimulando-a a construir



Arruda prega sociedade com a marca de Campos

uma sociedade que tenha na liberdade a marca da sua caminhada.

— Milton Campos conseguiu, com o seu exemplo de simplicidade e de grandeza, de retidão moral e de dignidade, ser maior do que o seu próprio legado político e intelectual — ressaltou.

O líder do governo no Senado fez um apanhado da atuação do político mineiro em diversos epi-

sódios da história recente do país. Citou a participação do ex-senador, ex-governador e ex-ministro da Justiça no movimento revolucionário de 1930, dando-lhe sustentação ideológica. No entanto, continuou Arruda, Milton Campos não hesitou em divergir quando, em 37, o movimento mudou seus rumos. Esta atitude representa, na avaliação do senador tucano, o apego do político mineiro aos ideais de liberdade e democracia.

## Vida pública tinha a lei como limite, lembra Porto

Em nome do PTB, o senador Arlindo Porto (MG) também homenageou o centenário de nascimento do jurista e político mineiro Milton Campos. Para ele, o ex-senador e ex-ministro da Justiça foi um dos maiores expoentes do pensamento liberal brasileiro, e sua vida pública esteve sempre pautada pelo respeito aos adversários, tendo a lei como limite de ação.

Ardente defensor do estado de direito, Milton Campos, conforme lembrou Arlindo Porto, renunciou em 1965 ao cargo de ministro da Justiça depois de constatar que o movimento militar de 64, ao qual dera apoio

integral, se inclinava para o regime autoritário, “deixando o respeito à lei em segundo plano e manchando a história jurídica do país”.

— Logo após a renúncia, Milton Campos retornou ao Senado. No Parlamento, ele se agigantou na defesa dos princípios constitucionais e sofria quando membros da oposição tinham os seus direitos individuais violentados — recordou Arlindo Porto, para quem Milton Campos marcou a história brasileira com uma vida exemplar.

O senador mineiro lembrou



Porto destaca também respeito aos adversários

que Milton Campos foi o autor do projeto de lei que estabeleceu, em 1962, uma completa revisão das normas jurídicas, econômicas e sociais relativas à propriedade da terra, destinada a promover a reforma agrária.

Lembrou ainda que foi de Milton Campos o projeto que propunha o aperfeiçoamento da organização federativa brasileira e das relações entre a União e os estados. O senador salientou também que Milton Campos tentou implantar o voto distrital no país, não obtendo êxito.



Patrocínio se associou às homenagens

## Patrocínio via Campos como referência

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que presidiu a sessão durante as homenagens ao ex-senador e ex-governador de Minas Gerais Milton Campos, também manifestou sua admiração pelo político mineiro.

Patrocínio se associou aos pronunciamentos dos demais senadores e disse que Mil-

ton Campos foi uma referência para ele, que viveu sua infância e juventude em Minas Gerais.

O senador também revelou que seu primeiro voto foi para o homenageado, quando ele concorreu ao governo de Minas Gerais.

## Alencar exalta apego a princípios morais e fidelidade democrática

Ao discursar na sessão de homenagem a Milton Campos, o senador José Alencar (PMDB-MG) exaltou a fidelidade democrática e o apego a princípios morais que pautaram sua vida pública e privada. “Seu desaparecimento em 1972, em plena vigência do AI-5,



Alencar resalta convicções democráticas

colocou em evidência suas convicções democráticas em confronto com as medidas arbitrárias e as violações dos direitos humanos daquele momento de trevas.”

Alencar lembrou dos tempos de Milton Campos como governador, em que não permitia que se usasse dinheiro do gabinete para comprar cigarros, afirmando não poder permitir que o estado custeasse seu vício. “Tampouco aceitava simples cestas de Natal, por entender que o estado não poderia aceitar presentes de fornecedores”, disse.

O senador recordou, ainda, a face de jurista e apaixonado pela litera-

tura de Milton Campos, quando participava das tertúlias literárias da Livraria Francisco Alves, em Belo Horizonte, com João Alphonsus, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade. “Nosso grande poeta dizia que Milton Campos era o homem que todos

gostariam de ser. É fácil identificar uma unanimidade nacional no louvor ao seu comportamento ético e valor político”, afirmou.

Alencar considerou “uma singular circunstância” o fato de mineiros ilustres como Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Gustavo Capanema, José Maria Alkmin e Pedro Aleixo terem nascido em datas bem próximas e atuado em tempos de enorme efervescência social, que exigiam criatividade e dedicação. “Eles deixaram, como legado, um patrimônio em idéias e iniciativas que inspiram, até hoje, os políticos brasileiros”, concluiu.

## Para Francelino, foi “o maior homem público da história de Minas Gerais”

Autor do requerimento da homenagem ao centenário de nascimento de Milton Campos, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse ontem em Plenário ter espelhado sua vida pública na conduta do “maior homem público da história de Minas”. Para ele,



Francelino diz que se espelhou em Campos

“Milton Campos legou princípios éticos, morais e senso de equilíbrio na condução dos negócios públicos e defesa do estado de direito”.

Ao destacar a coragem, lucidez e altivez do político mineiro, Francelino recordou a presença de Campos em episódios importantes da vida política nacional, como o lançamento do Manifesto dos Mineiros, em 1943, que contestava o Estado Novo e cobrava a redemocratização do país. Também assinalou a atitude “íntegra e serena” mantida à frente da Assembléia Nacional Constituinte de 1946; do governo de Minas Gerais (1947/1950) e do Ministério da Justiça, no governo Cas-

tello Branco, em 1964.

O senador mineiro também relembrou o momento do retorno de Milton Campos ao Senado, após entregar o cargo de ministro no regime militar. Ao ler trechos da carta de demissão de Milton Campos, Francelino deixou entrever

no ato a discordância do homenageado com a edição do Ato Institucional nº 2 e os rumos tomados pelo governo militar, que se anunciava como de transição para a retomada das garantias democráticas.

“O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução social”, afirmava Milton Campos. E Francelino destacou mais uma de suas lições: “Não basta o compromisso com a liberdade pública e garantias individuais. É preciso ser incisivo nas denúncias contra as injustiças sociais”.

## Carlos Wilson solicita dados sobre programa Luz no Campo

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) apresentou requerimento de informação ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, para que sejam esclarecidas as liberações de recursos da Reserva Global de Reversão da Eletrobrás (RGR), destinadas ao financiamento da expansão da eletrificação rural em Pernambuco.

Carlos Wilson justificou o requerimento, em Plenário, alegando que o processo de eletrificação rural no seu estado encontra-se estagnado desde a privatização da Celpe – concessionária de energia elétrica de Pernambuco privatizada e controlada por um grupo espanhol – ocorrida em fevereiro deste ano. Ele sustentou que o pedido de informações é necessário para dar “total transparência” à aplicação desses recursos públicos, cujo montante chegaria a R\$ 2,6 bilhões.

O senador afirmou não entender por que foram interrompidos os trabalhos de eletrificação rural em Pernambuco, uma vez que o ministro Tourinho tem anunciado pela imprensa que os recursos do programa Luz no Campo – lançado pelo governo e que tem como meta universalizar a cobertura de energia elétrica em todo território nacional até 2005 – estariam sendo repassados aos estados, sem interrupção, desde o início do ano. Pernambuco, segundo o parlamentar, necessita



Segundo Carlos Wilson, a eletrificação rural em Pernambuco encontra-se estagnada

eletrificar mais de 100 mil propriedades rurais.

Carlos Wilson, no mesmo requerimento, solicita ainda ao ministro de Minas e Energia que envie ao Senado informações sobre as previsões de desembolso dos recursos da Reserva Global de Reversão da Eletrobrás em relação aos demais estados.

– É preciso cobrar-se um mínimo de transparência das autoridades estaduais na utilização desses recursos e, se houver omissão da concessionária privada responsável, cabe ao poder concedente estadual tomar providências e aplicar as penalidades cabíveis, bem como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) cumprir sua missão fiscalizadora – frisou Carlos Wilson.

## Senado já apreciou mais de 450 matérias neste ano

Somente nos dois últimos meses, a Casa enviou 43 projetos à sanção do presidente da República e 18 propostas para serem votadas pela Câmara

Nos dois últimos meses, o Senado mandou 43 projetos à sanção presidencial e 18 propostas à análise da Câmara. A menos de duas semanas do encerramento do ano legislativo, a Casa mantém o ritmo dos trabalhos e já superou – apenas nos 10 primeiros meses do ano – a marca de 450 matérias apreciadas.

Entre os projetos enviados à sanção nos dois últimos meses estão o que define os crimes contra a responsabilidade fiscal e o que estabelece o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

O primeiro prevê penas de multa, detenção e reclusão de até quatro anos para administradores que venham a cometer delitos como transferir a seus sucessores a responsabilidade pelo pagamento de despesas. O Funttel, por sua vez, deverá estimular a pesquisa de novas tecnologias em telecomunicações, além de incentivar a capacitação de recursos humanos.

Um dos projetos enviados à Câmara limita a publicidade de cigarros e de outros produtos derivados do tabaco. O substitutivo elaborado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e acolhido pelo Plenário estabelece que a publicidade desses produtos ficará proi-



Mozarildo Cavalcanti é autor de projeto que cria novo estado no Norte, já enviado à Câmara

bida em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors.

Também foram encaminhados à Câmara dois projetos apresentados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que prevêem a realização de plebiscitos para a criação de três territórios – Rio Negro, Juruá e Solimões – em parte da área pertencente ao estado do Amazonas e um novo estado – Tapajós – na parte oeste do Pará.

Aproximadamente 400 propostas aprovadas pelo Senado tramitam atualmente na Câmara dos Deputados. Uma delas é a emenda constitucional de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

que prevê a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposta está pronta para ser incluída na Ordem do Dia da Câmara.

Entre os outros projetos já aprovados pelo Senado que se encontram sob análise dos deputados estão três propostas que fazem parte da reforma política: a proibição de coligações em eleições proporcionais, a possibilidade de criação de federações de partidos políticos e o aumento do número de candidaturas nas eleições proporcionais, todas aprovadas por comissão especial do Senado que analisou a matéria.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é um dos que têm o maior número de projetos à espera da análise dos deputados. Propostas como a que fixa piso máximo e mínimo para os salários dos servidores públicos civis e determina que detentores de mandatos eletivos devem revisar anualmente suas declarações de Imposto de Renda são algumas delas em tramitação naquela Casa. Uma das matérias de maior interesse do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado pelo Senado, está tramitando na Câmara desde 1992.

## General Cardoso pede ajuda ao Congresso para controlar Abin

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, admitiu ontem aos parlamentares integrantes do Órgão de Controle e Fiscalização Externa da Política Nacional de Inteligência, em reunião secreta, a possibilidade de funcionários e/ou ex-funcionários estarem realizando investigações fora da estrutura oficial da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ele pediu a ajuda do Congresso Nacional para que sejam criados mecanismos de controle para combater essa prática.

O general também anunciou ter demitido o diretor-geral da Abin, coronel da reserva Ariel de Cunto, por ter designado Carlos Alberto del Menezzi, ex-torturador, para um cargo de confiança. Para o lugar de Ariel de Cunto foi indicada a diretora-adjunta da Abin, Marisa

Diniz.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse após a reunião que o general reafirmou o compromisso moral do governo de não manter em seus quadros quaisquer pessoas envolvidas com a tortura praticada durante o regime militar. Segundo ainda ela, é preocupação de todos criar mecanismos de controle que ajudem a identificar os agentes externos à estrutura oficial que estão disseminando informações como se fossem da Abin. Ela informou também que o general Cardoso está preparando um relatório detalhado para identificar quais são os funcionários da agência que participaram da repressão e informou que 15% do quadro é proveniente do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI).

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio



O general Cardoso admitiu que funcionários podem estar realizando investigações fora da estrutura do órgão

lio (PSDB-AM), revelou que está sendo discutida a elaboração de um estatuto para, nos moldes do Banco Central, manter um controle sobre ex-funcionários da agência. “A Abin deve ser cada vez mais Estado e menos governo”, resumiu Virgílio. Os parlamentares do Ór-

gão de Controle e Fiscalização Externa agendaram uma visita à sede da Abin na próxima quinta-feira, dia 7.

– Estamos caminhando em terreno desconhecido – afirmou o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Aécio Neves (MG). Ele ressaltou a necessi-

dade de fortalecer um órgão de controle importante como o que foi criado pelo Congresso Nacional. O deputado afirmou que “tudo é muito novo ainda” e revelou que o general Cardoso demonstrou total disposição para dividir informações com o Congresso.



Alcântara vê coerência entre o plano do BNDES e os princípios de ação do governo

## Alcântara elogia Plano Estratégico do BNDES

Ao analisar o Plano Estratégico 2000-2005, anunciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reafirmou sua convicção na capacidade da instituição para enfrentar os desafios a que se propõe. Ele destacou a coerência do BNDES — na apresentação de sua forma de colaboração para o desenvolvimento — com os princípios gerais estabelecidos para a ação de governo.

A análise do Plano Estratégico deixa claro, segundo Alcântara, que o BNDES está “ciente de que o cenário descortinado demanda um repensar de sua rota, novos princípios de atuação, entendimento pleno do desafio que o seu papel encerra, uma visão multidimensional de sua participação e a consciência de uma agenda de mudanças em sua organização e funcionamento”.

Para alcançar os resultados desejados, disse Alcântara, o BNDES congregou os princípios de atuação em três grandes blocos, relativos à modernização da economia brasileira, ao desenvolvimento social do país e ao fortalecimento do mercado de capitais. O senador observou que a modernização precisa passar pela concentração de investimentos nos segmentos prioritários e pela ênfase nos projetos identificados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento previstos no Plano Plurianual (PPA).

Em relação ao desenvolvimento social, o senador disse que o BNDES pretende apoiar os investimentos em serviços sociais básicos nos grandes centros e nas cidades de porte médio. O fortalecimento do mercado de capitais também é um dos setores visados pelo banco, que pretende intensificar sua atuação em rede com outras instituições multilaterais, instituições financeiras privadas e fundos de investimento.

# Lando diz que excesso de arrecadação garantirá emendas dos parlamentares

Relator do Orçamento 2001 está certo de que a União arrecadará “alguns bilhões de reais acima da previsão do governo”. Para ele, cabe à Câmara agora votar os projetos contra a sonegação

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem que “as emendas dos parlamentares estão garantidas”, porque o Palácio do Planalto prometeu respeitá-las “caso o excesso de arrecadação passe de R\$ 1,2 bilhão”, valor a ser destinado prioritariamente ao pagamento do salário mínimo de R\$ 180 a partir de abril.

— Não tenho a menor dúvida que a arrecadação federal ficará alguns bilhões de reais acima da previsão que o governo colocou no projeto orçamentário — sustentou.

Lando acredita que houve muita reação contra o acordo num primeiro momento porque os deputados e senadores não conheciam bem o que havia sido negociado. Para que todos os interessados no assunto — trabalhadores, Executivo e Congresso — saiam ganhando, observou o sena-



Amir Lando salienta a necessidade de aprovação dos projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara

dor, é necessário que sejam aprovados os projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara. “Quem for contrário aos projetos contra os sonegadores deve assumir que não quer aprovar propostas que permitirão au-

mentar o salário mínimo”, disse o relator-geral.

— Sem os projetos, não haverá salário mínimo de R\$ 180. Aliás, acho difícil encontrar alguém contrário ao combate à sonegação e à elevação do salário mínimo — acrescentou.

O próximo passo agora, na opinião de Amir Lando, terá de ser dado pelos deputados, votando os projetos. Dois deles já tramitam

com urgência constitucional e podem ir a votação na próxima semana. O primeiro dá à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de pessoas e empresas suspeitas de sonegação, e o segundo permite que os fiscais façam a cobrança de impostos não reco-

lhidos por empresas se ficar claro que elas praticaram a elisão fiscal (uso abusivo de brechas legais para redução do imposto a pagar). Um terceiro projeto, ainda sem urgência na Câmara, permite que a Receita use dados de recolhimento da CPMF para iniciar um processo de cobrança de impostos.

O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento estima que os três projetos renderão ao governo federal uma arrecadação de R\$ 6 bilhões no próximo ano. Desse total, R\$ 1,2 bilhão destina-se à Previdência Social (pagamento de aposentadorias baseadas no salário mínimo), R\$ 800 milhões serão usados em emendas individuais dos deputados e senadores e os outros R\$ 4 bilhões financiarão emendas coletivas do Congresso (de bancadas e das comissões) e projetos escolhidos pelo relator-geral.

## Relator cita ministro do STF para defender constitucionalidade

O projeto que dá à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de pessoas e empresas suspeitas de sonegação, em tramitação no Congresso, não é inconstitucional, conforme o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando. Ele distribuiu à imprensa texto de palestra recente do ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, sustentando que o assunto nada tem a ver com o texto da Constituição. A aprovação do projeto irá gerar dinheiro para permitir o reajuste do salário mínimo para R\$ 180, em abril próximo.

— Não se pode pretender discutir, no nosso ponto de vista, o sigilo bancário como algo que se ancora em princípios constitucionais. É algo que decorre da legislação infraconstitucional. O tema é exclusivamente infraconstitucional — diz Nelson Jobim, um dos relatores da Constituição de 88.

Na exposição, o ministro lembrou que, logo após a promulgação da nova Carta, muitos advogados passaram a defender

que o sigilo bancário só podia ser quebrado por decisão judicial, pois estaria ancorado no inciso XII do artigo 5º da Constituição, que considera inviolável o sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas. O STF derrubou a tese baseada nesse inciso.

Mais recentemente, conforme o ministro do STF, passou-se a defender que o sigilo bancário estaria ancorado no inciso X do mesmo artigo da Constituição, que considera invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra e imagem das pessoas. “Tem algo a ver a atividade bancária de pessoas jurídicas e mesmo físicas com o direito à intimidade?”, questiona.

Nelson Jobim afirma ainda que a quebra de sigilo bancário não é algo que venha da comparação com princípios constitucionais, e sim “da comparação com o princípio da conveniência política e econômica de definir espaços de privacidade nas áreas e nas atividades bancárias”.



Deputado Alberto Goldman (à esquerda): Comissão Mista de Orçamento preferiu adiar votações para terça

## CMO marca votação de créditos para terça-feira

Foi transferida de ontem para as 18h de terça-feira a reunião da Comissão Mista de Orçamento convocada para votação de dezenas de créditos suplementares solicitados pelo presidente da República e em adendo ao relatório parcial sobre as receitas da União para 2001, preparado pelo comitê de receitas. O adendo contém a previsão de que os três projetos de combate à sonegação de impostos, em tramitação no Congresso, renderão ao Tesouro R\$ 6 bilhões no ano que vem.

O presidente da Comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), disse que não havia *quorum* para

votação de créditos suplementares. As oposições continuaram obstruindo os trabalhos da comissão à espera da votação dos projetos contra os sonegadores, parte do acordo firmado entre o Palácio do Planalto, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o relator do Orçamento, senador Amir Lando. Pelo acordo, a verba de R\$ 1,6 bilhão destinada às emendas parlamentares será usada para bancar o aumento do salário mínimo para R\$ 180. As emendas estarão condicionadas à arrecadação propiciada pelos três projetos de combate à sonegação.

# Cinema na Internet é atração na TV Senado

A programação do fim de semana inclui ainda entrevista do deputado Delfim Netto para o *Agenda Econômica* e um documentário sobre a participação dos aviadores brasileiros na Segunda Guerra

O cinema na Internet é o tema do programa *ABD no Ar*, que a TV Senado apresenta neste sábado às 9h e no domingo às 19h. O programa é uma realização da Associação Brasileira de Documentaristas, seção São Paulo.

No programa *Tela Brasileira*, que vai ao ar sábado às 19h e no domingo, às 9h, o cineasta Erik de Castro fala sobre o documentário *Senta a Pua*, sobre a saga dos aviadores brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial.

Também está programado para este fim de semana na TV Senado, dentro do *Projeto Redescoberta do Cinema Nacional*, o filme *Faustão*, que conta a história de Faustino Guabiraba, cangaceiro conhecido

como Faustão, que andava nos sertões do Nordeste. O filme será apresentado no sábado à meia-noite.

Em comemoração ao centenário do nascimento de Milton Campos, a emissora vai exibir o especial *Milton Campos, A Política Como Vocação*, um documentário sobre a vida do político mineiro, que foi governador, senador e ministro de Estado.

A TV Senado apresenta, ainda, uma entrevista com o deputado Delfim Netto, no programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar amanhã, às 6h30 e 13h30, e domingo, às 19h30. Às 11h e às 23h de sábado e domingo, será exibida entrevista feita pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita com o ex-senador, ex-ministro de Estado e ex-mi-



A saga dos aviadores brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial pode ser vista no documentário *Senta a Pua*, de Erik de Castro

nistro do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard.

No programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) co-

menta os 1º e 2º movimentos dos *Concertos de Brandemburgo* de Bach. O programa vai ao ar hoje, às 18h30, e amanhã e no domingo, às 10h e 18h.

## Brossard fala de democracia e reforma do Poder Judiciário

O jornalista Fernando Cesar Mesquita recebe em seu programa *Entrevista Especial* o ex-senador Paulo Brossard. Jurista renomado, Brossard já exerceu importantes cargos públicos, como os de ministro da Justiça, do Supremo Tribunal Federal e consultor-geral da República.

Os temas da entrevista são a reforma do Judiciário, democracia e os rumos para o país. O programa vai ar amanhã, às 11h, com reprise às 23h, e volta a ser exibido domingo nos mesmos horários.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Agenda Econômica* – Ministro Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS  
7h30 – *Entrevista* – Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra administração pública  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Flores  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Educação (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Bach – Suite nº 01  
19h30 – *Especial* – Milton Campos  
20h30 – *Entrevista* – Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra administração pública  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Canal Médico* – Anestesia  
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Rita Ribeiro  
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – *Faustão*

#### SÁBADO

1h – *Debate* – Senador Leomar Quintanilha e o presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Levy Fidelix, falam sobre a reforma política  
2h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 1  
2h30 – *Jornal do Senado*  
3h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão  
3h30 – *Entrevista* – Senador Roberto Freire fala sobre as prisões especiais  
4h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 1  
4h30 – *Jornal do Senado*  
5h – *Canal Médico* – Proteus – aula 06  
6h – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Piaget  
6h30 – *Agenda Econômica* – Deputado Delfim Netto fala sobre a balança de pagamentos  
7h30 – *Entrevista* – Senador Henrique Loyola fala sobre as alterações nos processos de inventários  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Cérebro  
9h – *ABD no Ar* – Banda Larga: o cinema na Internet  
9h30 – *De Coração* – Medicina baseada em evidências  
10h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Bach – Suite nº 01  
11h – *Entrevista* – Ministro Paulo Brossard fala sobre a democracia  
12h – *Especial* – Milton Campos  
13h – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Mata Atlântica  
13h30 – *Agenda Econômica* – Deputado Delfim Netto

fala sobre a balança de pagamentos  
14h30 – *Especial* – Encontro Internacional da MPB – parte 1  
15h30 – *Especial* – Gustavo Capanema  
16h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 1  
16h30 – *Entrevista* – Senador Paulo Hartung fala da modernização da máquina pública  
17h – *Revista Brasília* – nº 17  
18h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Bach – Suite nº 01  
19h – *Tela Brasileira* – Erik de Castro  
19h30 – *Canal Médico* – Obesidade  
20h30 – *Entrevista* – Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública  
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Pepino Di Capri  
23h – *Entrevista* – Ministro Paulo Brossard fala sobre a democracia  
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – *Faustão*

#### DOMINGO

1h – *Cidadania* – Senador Ramez Tebet e Rosângela Magalhães, diretora do Depto. Penitenciário Nacional, falam sobre a realidade do sistema penitenciário  
2h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 2  
2h30 – *Jornal do Senado*  
3h – *Cores do Brasil* – Manaus  
3h30 – *Entrevista* – Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública  
4h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 2  
4h30 – *Jornal do Senado*  
5h – *Cores do Brasil* – Pernambuco  
5h30 – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 2  
6h – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Mata Atlântica

6h30 – *Cidadania* – Senador Júlio Eduardo e a dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetria, falam sobre a maternidade segura e a saúde reprodutiva  
7h30 – *Entrevista* – Senador Paulo Hartung fala da modernização da máquina pública  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Vento  
9h – *Tela Brasileira* – Erik de Castro  
9h30 – *De Coração* – Medicina baseada em evidências  
10h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Bach – Suite nº 01  
11h – *Entrevista* – Ministro Paulo Brossard fala sobre a democracia  
12h – *Canal Médico* – Obesidade  
13h – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Flores  
13h30 – *Debate* – Senador Leomar Quintanilha e o presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Levy Fidelix, falam sobre a reforma política  
14h30 – *Especial* – Encontro Internacional da MPB – parte 1  
15h30 – *Especial* – Gustavo Capanema  
16h – *Saúde/Unip* – Impotência – parte 2  
16h30 – *Entrevista* – Senador Roberto Freire fala sobre as prisões especiais  
17h – *Revista Brasília* – nº 17  
18h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Bach – Suite nº 01  
19h – *ABD no Ar* – Banda Larga: o cinema na Internet  
19h30 – *Agenda Econômica* – Deputado Delfim Netto fala sobre a balança de pagamentos  
20h30 – *Especial* – Milton Campos  
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Pepino Di Capri  
23h – *Entrevista* – Ministro Paulo Brossard fala sobre a democracia  
0h – *Revista Brasília* – nº 17

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação

## No "Improviso", a música de Danilo Perez e Assis Brasil

O pianista panamenho Danilo Perez é um dos destaques do programa *Improviso – Jazz Sem Fronteiras*, que a Rádio Senado (91,7 FM) exibe amanhã, a partir das 20h30. O compositor e embaixador cultural do Panamá é, aos 34 anos, uma das estrelas ascendentes do jazz latino contemporâneo. Um dos trechos do programa é dedicado ao mais recente álbum de Perez, *Motherland*, que enfatiza a herança musical latino-americana.

Danilo Perez tem se notabilizado pela capacidade de traduzir em uma obra de alta qualidade a tradição cultural de seu país, inclusive a partir da música indígena panamenha.

A segunda parte de *Improviso* traz Victor Assis Brasil, compositor falecido em 1981, aos 36 anos. A morte prematura não impediu que o músico deixasse uma vasta obra, com mais de 200 composições inéditas para sax, piano e cordas.

A seleção preparada pela Rádio Senado oferece peças do disco *Legacy*, de 1970. *Improviso – Jazz Sem Fronteiras* tem reapresentação no domingo, às 23h30.

# Projetos de caráter social marcam semana no Senado

Crítérios destinados a facilitar o acesso de deficientes físicos a bens e serviços coletivos estão entre as principais matérias aprovadas pela Casa, que votou também normas para a política nacional de coleta e estocagem de sangue

Facilidades para o deficiente físico, proibição do trabalho do menor, inclusão dos municípios no Conselho Deliberativo da Sudene e normatização da coleta de sangue marcaram os trabalhos do Senado ao longo da semana. A Casa aprovou e enviou à sanção presidencial projeto estabelecendo critérios básicos para que os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida possam locomover-se nos espaços públicos.

Decidiu também que os banheiros de uso público deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O projeto estabelece que em todas as áreas de estacionamento em espaços públicos deverão ter reservadas vagas para deficientes.

Os senadores também aprovaram projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o texto, o menor terá direito ao chamado salário mínimo/hora com jornada de trabalho não superior a

seis horas diárias. Facilidades para o deficiente físico, proibição do trabalho do menor, inclusão dos municípios no Conselho Deliberativo da Sudene e normatização da coleta de sangue marcaram os trabalhos do Senado ao longo da semana, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada.

De iniciativa do senador Freitas Neto (PFL-PI), foi aprovado projeto permitindo aos municípios nordestinos ter um representante no Conselho Deliberativo da Sudene. O parlamentar argumentou sobre a necessidade de esse conselho contar com uma entidade municipal de credibilidade, que congregue a maioria dos municípios da região. Seu projeto disciplina a escolha desse representante, de forma a garantir que ele efetivamente traga ao conselho o pensamento dos prefeitos nordestinos.

Em votações secretas, o Plenário aprovou duas indicações do presidente da República para postos públicos. Foram aprovados os nomes de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para o cargo de defensora públi-



O Plenário do Senado aprovou também projeto que regulamenta as relações de trabalho das empresas com os aprendizes

ca geral da União, com mandato de dois anos, e de Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O Plenário aprovou projeto estabelecendo novas regras para coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. O projeto institui uma política nacional de

sangue, garantindo auto-suficiência e harmonização das ações do poder público.

A Casa aprovou ainda decretos legislativos renovando e outorgando concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão às seguintes emissoras: Rádio Interativa, de Aguiá (SP); Rádio Belo Horizonte, de Belo Horizonte (MG);

MR Radiodifusão, de Urbano Santos (MA); Associação de Comunicação, Cultura e Desporto, de Elesbão Veloso (PI); Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); Fundação Dom Bosco, de Campo Grande (MS); Rádio Globo Eldorado, do Rio de Janeiro (RJ), e Associação Comunitária de Rádio, de São João do Piauí (PI).

## Nova Lei de Informática foi a principal votação das comissões

A aprovação de uma nova Lei de Informática marcou os trabalhos das comissões do Senado na semana que se encerra. Mediante um acordo parcial, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre a matéria. O relator aceitou emendas que havia preliminarmente rejeitado, mas o texto ainda será decidido em Plenário.

Das emendas aceitas, uma impede a concessão dos benefícios fiscais para os estados cujas empresas, entre 1996 e 1999, tenham sido agraciadas com mais da metade da renúncia fiscal. A outra estende os benefícios da lei aos bens de informática e automação produzidos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2003.

Da mesma forma, a CAE aprovou cinco requerimentos para realização de audiências públicas, três deles relacionados a uma reportagem veiculada na TV Bandeirantes sobre a Serasa, que mantém um serviço de proteção ao crédito junto aos bancos. Os



Ney Suassuna, relator da proposta da Lei de Informática na Comissão de Assuntos Econômicos

outros requerimentos pedem debates sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e sobre o programa de construção de casas populares.

Já os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram modificações no projeto que define o relacionamento entre o poder público, as empresas estatais e os seus fundos de pensão. O relator, José Fogaça (PMDB-RS), acatou emendas que definem a paridade entre patrocinadores e assistidos no conselho deliberativo e que restringem o controle ou participação em acordo de acionistas.

A CCJ aprovou também projeto que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorarem bens submer-

sos ou afundados no mar territorial brasileiro. O projeto estabelece que quem fizer o resgate terá direito a receber até 40% do valor do bem retirado do fundo do mar. Os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico ficarão em poder da União.

Foi aprovado na CCJ projeto que determina a fixação das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros pelos estados e pelo Distrito Federal. O valor a ser fixado deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.

### GUARDA MUNICIPAL

Os senadores da CCJ aprovaram ainda emenda ao texto que permi-

te aos municípios criarem guardas municipais. A emenda tem como primeiro signatário o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e permite que a União crie a guarda nacional. Essa guarda teria como principal missão proteger os bens, serviços e instalações da União. Foi aprovado ainda projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) autorizando o Executivo a instituir medidas de apoio a servidores que sejam pais de portadores de deficiência.

Por decisão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os hospitais universitários e de ensino poderão atender pacientes que se dispõem a pagar pela assistência prestada ou que se encontrem cobertos por planos de saúde. O pagamento será na mesma base do Sistema Único de Saúde, com diferenciação apenas no padrão de hotelaria. A decisão foi tomada com a aprovação de projeto que permite aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.

A CAS também decidiu isentar, por três meses após cada doação,

os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. O projeto é do senador Lúcio Alcântara e, para conseguir o benefício, os interessados deverão comprovar a doação através de atestado oficial fornecido pelo banco de sangue.

Proposto pela Mesa do Senado, o projeto que cria, no âmbito do Senado Federal, a Universidade do Legislativo Brasileiro foi aprovado pela Comissão de Educação. Relator da matéria, o senador José Fogaça disse que a UniLegis estará voltada para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em reunião administrativa, a CPI que investiga o roubo de cargas em todo o país decidiu fazer mais uma visita a São Paulo, nos dias 7 e 8 de dezembro. O objetivo principal é a acareação de 14 policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), acusados de comandar quadrilha que atua no desvio de cargas.

# Osmar pede apuração de violência contra MST no Paraná

Parlamentar apela ao ministro da Justiça para que sejam investigadas as denúncias feitas pelos sem-terra em relação ao tratamento que têm recebido da Polícia Militar daquele estado e pede a Jaime Lerner para “não fugir da responsabilidade”

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apelou ontem ao ministro da Justiça, José Gregori, por providências em relação a denúncias de violência cometidas pela Polícia Militar do Paraná contra integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ele se referiu especialmente ao assassinato de Sebastião Maia, líder do MST, e às denúncias de tortura sofridas por sua mulher, Adelina Ventura, em maio de 1999, pouco antes do marido ser morto.

Osmar Dias responsabilizou o atual governo do Paraná pela violência em torno da disputa pela terra e lembrou ao ministro da Justiça que as denúncias de tortura foram feitas em depoimento a que Gregori assistiu quando secretário nacional de Direitos Humanos. O senador aconselhou o governador Jaime Lerner a dizer a verdade e a “não fugir da responsabilidade”, reprovando a resposta do governador a artigo publicado por Frei Beto, no qual Lerner acusa o MST de acobertar o assassino de Sebastião Maia.

Ao MST, Osmar pediu a abolição da prática de ocupação de terras produtivas. Ao governo federal, solicitou o cumprimento da promessa de liberação dos recursos para financiar a safra de verão.

Ele lembrou que foi secretário de Agricultura nos dois governos anteriores ao de Lerner, de Álvaro Dias e Roberto Requião, e disse:

– Nenhum despejo foi feito com a presença da polícia, nenhuma ocupação foi tratada com repressão e sempre dialoguei com sinceridade com o MST.

Osmar afirmou que, como secretário, após ter tentado negociar com o Grupo Atala a desapropriação de uma área de 10 mil hectares produtivos totalmente abandonados, levou 425 famílias a Querência do Norte e estabeleceu um assentamento. “A empreitada foi tão bem-sucedida que, hoje, o município é o único na região noroeste do estado que registra aumento da produção e da renda”, ressaltou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu trecho do de-

poimento de Adelina Ventura, assistido pelo atual ministro da Justiça, e também cobrou providências. Roberto Requião (PMDB-PR) informou que o assassino, chamado “Carneiro”, sequer foi preso ou citado pela Justiça e que o inquérito não avança.

Na sua opinião, “é preciso que o país entenda que o MST salvou o noroeste do Paraná”. Querência do Norte, continuou Requião, é o único município da região que não registrou redução no número de habitantes e “tem economia tão viva que bateu recordes nacionais na produção de arroz sequeiro”. A seu ver, se o MST é suscetível de críticas quando, vez ou outra, comete excessos, “sempre pequenos”, em Querência do Norte “só merece elogios”.

Segundo Heloísa Helena (PT-AL), nunca foram mortos trabalhadores rurais como a partir de 1995, e o Paraná é um dos estados em que a situação de violência no campo é das mais graves, “pelo exemplo de impunidade que se consolida”.



“Sempre dialoguei com sinceridade com o MST”, disse Osmar Dias, lembrando que foi secretário de Agricultura do PR

## Ademir critica governo por descumprir gastos sociais previstos no Orçamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) voltou a criticar ontem o não-cumprimento pelo Poder Executivo das liberações de recursos orçamentários previstos este ano para projetos sociais, especialmente nos setores de saúde, saneamento básico e reforma agrária.

Com base em informações obtidas do Sistema de Administração Financeira da União (Siafi), ele citou o programa de erradicação do mosquito transmissor da dengue e febre amarela, o *Aedes aegypti*. Até o final de agosto, o programa havia recebido apenas R\$ 9,7 mil, contra uma previsão de R\$ 6,2 milhões. “Para a região amazônica, isso é um desastre”, lamentou.

Ademir Andrade defendeu uma imediata mudança na atual legislação, de modo a fazer com que o Orçamento deixe de ser apenas autorizativo. Ele quer criar mecanismos que obriguem o Poder Executivo a destinar maior volume de recursos às áreas essenciais para a população.



Segundo Ademir Andrade, “os recursos são gastos onde o presidente e sua equipe econômica bem entendem”

ais para a população.

– O governo aloca os recursos do Orçamento, faz muita propaganda, mas, na hora de efetivar os gastos, não faz como inicialmente previsto. E, lamentavelmente, o Congresso Nacional tem sido conivente com essa situação – protestou o senador.

No mesmo pronunciamento, Ademir Andrade contestou a “forma arbitrária” com que o presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto de execução, fez cortes de R\$ 873 milhões na dotação orçamentária deste ano do Ministério da Saúde. Como resultado disso, acrescen-

tou o senador, conforme advertências do próprio ministério, serão necessários mais cortes em investimentos importantes, tais como construção de redes de esgoto, em equipamentos para rede hospitalar, controle de endemias e combate a doenças.

– O Orçamento que sai aprovado daqui é praticamente engavetado pelo Executivo e os recursos são gastos onde o presidente e sua equipe econômica bem entendem, seguindo uma orientação míope da realidade brasileira. É hora de se discutir nesta Casa uma mudança na legislação – finalizou Ademir Andrade.

## Ricardo Santos quer política estratégica para o gás natural

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a necessidade urgente de uma política de preços para o gás natural, para transformá-lo em insumo básico ao processo de transformação de minério de ferro, e tornar internacionalmente competitivos os produtos siderúrgicos brasileiros. “Trata-se de uma das poucas oportunidades de melhorar a balança comercial brasileira”, afirmou.

Na avaliação de Ricardo Santos, a disponibilidade e o preço atraente do gás natural poderão viabilizar a formação de pólos siderúrgicos em cidades como Vitória (ES), Corumbá (MS), Sepetiba (RJ), São Luís (MA) e Marabá (PA). Assim, o Brasil poderá exportar aços planos e produtos semi-acabados de maior valor agregado, em vez de vender minério de ferro e subprodutos do minério.

Além disso, o gás natural a preço justo abrirá caminho para a instalação de termelétricas a gás no país, evitando uma crise no abastecimento de energia elétrica, para a qual apontam as projeções de consumo para os próximos anos, argumenta Ricardo Santos. O senador afirma ainda que, para viabilizar esse cenário, o governo precisará criar um

programa de pólos siderúrgicos.

– Se o tema for tratado como de interesse estratégico, veremos a utilização econômica das grandes reservas de gás natural do país, que, no momento, representam uma riqueza inerte, sem valor econômico – disse.

Entre as primeiras providências, ele defende a necessidade



Para Ricardo Santos, o gás natural é “uma das poucas oportunidades de melhorar a balança comercial brasileira”

de induzir a Petrobras a definir um preço de gás natural específico para ser usado como insumo siderúrgico, garantindo suprimento em quantidade e duração, e instruir o BNDES a conferir prioridade especial ao financiamento dos pólos e à sua consolidação com projetos industriais, de logística, telecomunicações, gasodutos e termelétricas.